

RELATÓRIO SOBRE O V ENCONTRO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Nos dias 16 e 17 deste mês, participei do V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, evento realizado na Cidade de Ponta Delgada, nos Açores, Portugal. Participaram também o Ministro Marcos Vilaça e o Secretário-Geral da Organização daqueles Tribunais, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza.

O Encontro foi realizado na Seção Regional do Tribunal de Contas de Portugal nos Açores, com a presença dos Presidentes e de outros representantes dos sete Tribunais dos Países de Língua Portuguesa – Tribunais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Participaram também, como observadores, dirigentes da Auditoria Geral de Macau e da Inspeção Geral de Timor Leste, bem como do Secretariado Executivo da CPLP, representado pela Secretária-Executiva, Dra. Dulce Pereira.

A participação de delegados de Timor Leste sinaliza a aceitação daquele país ao oferecimento feito em 1999 pelos Tribunais de Contas da CPLP, no sentido de colaborarem tecnicamente para a implantação de um sistema de controle em Timor, na forma e na ocasião em que aquele país considerar conveniente. Em razão desse oferecimento, dois representantes timorenses já participaram do Encontro dos Tribunais do ano 2000, ocorrido em Brasília.

Além de autoridades do governo e da Câmara Legislativa dos Açores, esteve presente à solenidade de abertura do V Encontro o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, Conselheiro Alberto Sampaio da Nóvoa, como representante oficial do Presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio. Nessa ocasião, o Dr. Sampaio da Nóvoa condecorou o Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, com a Comenda de Grande Oficial da Ordem do Mérito Infante Dom Henrique, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo Ministro aos Países de Língua Portuguesa, no âmbito dos trabalhos dos Tribunais de Contas.

O primeiro dia do Encontro foi destinado, principalmente, à análise e aprovação do Projeto de Estatuto da Organização das Instituições Supremas de Controle da CPLP.

O Estatuto, então aprovado, criou a referida Organização e estabeleceu sua estrutura e funcionamento. Por essa regulamentação, foi extinta a Comissão Mista de Cooperação instituída pelo *Memorandum* de Entendimentos assinado pelos

Tribunais em 1995, passando a Organização a ser composta por uma Assembleia Geral, Conselho Diretivo, Secretaria-Geral e Centro de Estudos e Formação.

A Assembleia Geral, órgão supremo da Organização, é integrada pelas sete Instituições Membros, enquanto que o Conselho Diretivo, responsável pela coordenação geral das ações de cooperação, é composto por três Membros: a Instituição sede da Secretaria-Geral, a Instituição sede do Centro de Estudos e Formação e a Instituição onde vai realizar-se a próxima reunião da Assembleia Geral.

Segundo as disposições estatutárias, a Assembleia-Geral reunir-se-á a cada dois anos, enquanto que o Conselho Diretivo, anualmente. As sedes da Secretaria-Geral e do Centro de Estudos são eleitas para mandato de dois anos pela Assembleia Geral. Até 2003, o TCU será sede da Secretaria e o Tribunal de Contas de Portugal, do Centro de Estudos.

Imediatamente após a aprovação do Estatuto, as sete Instituições reunidas no V Encontro convocaram a primeira Assembleia Geral. Consoante a regulamentação sancionada, a Assembleia seguinte deveria ocorrer em 2003. Contudo, o presidente do Tribunal de Contas de Angola, Juiz-Conselheiro Dr. Julião António, solicitou que, em caráter excepcional, fosse reunida a Assembleia em Luanda, no ano de 2002. Justificando seu pleito, lembrou o Senhor Conselheiro que o Tribunal angolano havia sido instalado muito recentemente, no início de 2001, e que a realização de uma Assembleia Geral da Organização em Angola muito contribuiria para a consolidação da recém-instalada Instituição.

Havendo a solicitação sido acolhida positivamente por todas as delegações, ficou acertada a realização de Assembleia Geral em Luanda, no ano 2002, para cuja organização o Senhor Presidente do Tribunal angolano já requereu a colaboração dos Tribunais de Contas de Portugal e do Brasil. Em virtude de tal decisão, o Conselho Diretivo, que se reunirá pela primeira vez em 2002, passa a ser composto pelos Tribunais de Contas da União, de Portugal e de Angola.

Na Assembleia de 2002 deverão ser debatidas disposições estatutárias a respeito das finanças da Organização. Cabe esclarecer que, no Projeto do Estatuto aprovado durante o V Encontro, já fora incluído capítulo intitulado “Das Finanças da Organização”. Porém, devido aos diversos desdobramentos que o tema acarretaria para cada uma das Instituições Membros, especialmente para a Instituição sede da Secretaria-Geral – segundo o Projeto, a Secretaria seria encarregada da arrecadação das receitas e do pagamento das despesas da Organização –, as “Disposições Transitórias” do Estatuto remeteram para o ano de 2002 a aprovação da regulamentação do assunto. Dessa maneira, propiciou-se às Instituições tempo para uma análise mais aprofundada dos dispositivos sobre as finanças, mormente acerca dos compromissos que seriam assumidos em decorrência da implementação de tais dispositivos.

Na agenda do primeiro dia do V Encontro, constaram ainda a aprovação e assinatura da Ata da Reunião havida em Brasília, no ano 2000, a apresentação dos relatórios de atividades da Secretaria-Geral e do Centro de Estudos, bem como a definição de plano de trabalho para a atualização do Glossário de termos técnicos elaborado em 1992 e revisto em 1994, por equipe constituída de servidores do TCU e do Tribunal de Contas de Portugal. O objetivo do Glossário é padronizar a linguagem técnica utilizada nas sete Instituições.

O Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Juiz-Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa, fez constar dos registros dos trabalhos do primeiro dia referência à aposentadoria do Ministro Adhemar Ghisi, que integrou a Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, desde sua instituição, em 1995. O Senhor Conselheiro Alfredo de Sousa elogiou a grande contribuição do Ministro Ghisi para a concretização dos ideais estabelecidos no *Memorandum* de Entendimentos desses Tribunais, não apenas como Membro da Comissão Mista, mas também como substituto do Secretário-Geral, durante o afastamento do Ministro Luciano Brandão.

O segundo dia do Encontro foi destinado ao debate do tema “Os Tribunais de Contas da CPLP e os Desafios das Auditorias”, escolhido pelas Instituições africanas para ser tratado durante o V Encontro. Sobre ele, houve apresentações de trabalhos pelas delegações presentes, seguidas de debates.

O Ministro Marcos Vilaça fez apresentação sobre o tema em nome do TCU, trazendo aos participantes do Encontro uma visão geral sobre o estágio da auditoria no Tribunal, um breve histórico desse trabalho na Instituição, bem como as perspectivas de desenvolvimento futuro. Em sua exposição, o Ministro tratou, dentre outros, dos seguintes aspectos: as dificuldades e obstáculos que o Tribunal tem enfrentado para aperfeiçoar seu desempenho no que tange à auditoria; as publicações nessa área que vêm sendo elaboradas no Tribunal; as medidas adotadas no que respeita à capacitação de técnicos, com destaque para os treinamentos em auditoria operacional e avaliação de programas; e as mudanças na estrutura da Instituição para impulsionar a auditoria, com a criação da Secretaria Adjunta de Fiscalização e de núcleos especializados que implementam avaliações de programas e auditorias na área de pessoal, desestatização, obras e patrimônio da União (incluindo meio ambiente).

A partir do conteúdo dos trabalhos apresentados, bem como dos debates havidos, as Instituições Supremas de Controle da CPLP exararam documento contendo suas recomendações no que se refere ao tema discutido. As recomendações abarcaram vários pontos relacionados com a atuação dos Tribunais no campo das auditorias, desde aspectos jurídicos até questões internas das Instituições, como o diagnóstico de deficiências, o desenvolvimento de políticas de recrutamento, remuneração e treinamento, bem como a elaboração de

planos estratégicos, normas e procedimentos. Foram feitas também recomendações concernentes a iniciativas de cooperação entre as Instituições como forma de fomento da atividade de auditoria.

O V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa foi encerrado oficialmente pelo Presidente do Tribunal de Contas da União e anfitrião do Encontro, Conselheiro Alfredo José de Sousa, que, em seu discurso de encerramento, destacou o êxito dos debates havidos, debates que, segundo ele, *“se traduziram em trocas de experiências esclarecedoras, verdadeiramente formativas e até estimulantes”*. O Senhor Presidente Alfredo de Sousa fez ainda um voto no sentido de *“que cada um de nós leve para as Instituições onde somos chamados a cumprir as nossas responsabilidades, uma autêntica mais-valia para a discussão do papel a desempenhar pelos Tribunais de Contas e Instituições Congêneres no complexo mundo dos nossos dias”*.

Creio que todos os participantes do V Encontro levaram para suas respectivas Instituições a “mais-valia” a que se referiu o Senhor Conselheiro. O Encontro foi bem sucedido em todos os aspectos, havendo todas as suas atividades transcorrido em clima de amizade, cooperação e respeito. E, por isso, registro aqui meu agradecimento ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Portugal e, também, ao Secretário-Geral da Organização, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, que trabalhou juntamente com a instituição portuguesa para a realização do Encontro.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 25 de julho de 2001.

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Presidente